



# IGUALITARISMO E SUAS POLÊMICAS NA EDUCAÇÃO

## EGALITARIANISM AND ITS CONTROVERSIES IN EDUCATION

Pedro Demo <sup>1</sup>  
Jose Lauro Martins <sup>2</sup>

**Resumo:** A questão do igualitarismo tornou-se um tema muito discutido nas últimas décadas, por consequência, o conceito de igualdade passou a ser usado de forma ostensiva nas narrativas políticas, econômicas e particularmente na educação. É um conceito complexo e procuramos estabelecer um diálogo complementar com os conceitos de igualdade e equidade. Destacamos que a equidade deve estar no processo e a igualdade no resultado. Entendemos que o discurso igualitarista contribui para acomodar as demandas das famílias e os estudantes. Entretanto, a narrativa igualitarista não elimina as diferenças e que não há hierarquia em certas desigualdades e sim uma complementaridade. A finalidade dessa discussão é facilitar a compreensão das narrativas sobre a igualdade de oportunidades na educação.

**Palavras-chave:** Igualdade. Igualitarismo. Equidade.


**Abstract:** The issue of Egalitarianism became a topic of great discussions in the last decades, consequently, the concept of equality started to be ostensibly used in in political, economic and particularly in education reports. It is a complex concept and we seek to establish a complementary dialogue with the concepts of equality and equity. We emphasize that equity must be in the process and equality in the outcome. We believe that the egalitarian discourse contributes to accommodate the demands of families and students. However, the egalitarian narrative does not eliminate the differences and that there is no hierarchy in certain inequalities, but rather complementarity. The purpose of this discussion is to facilitate the understanding of narratives about equal opportunities in education.

**Keywords:** Equality. Egalitarianism. Equity

---

**1** Pós-Doutorado pela University of California at Los Angeles (UCLA), Estados Unidos. Professor titular da Universidade de Brasília (UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9975-3413>. E-mail: pedrodemo@gmail.com

**2** Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Minho- Portugal. Professor adjunto na Universidade Federal do Tocantins (UFT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7817-8165>. Email: jlauro@uft.edu.br



## Introdução

Há diferença marcante entre os termos “igualdade” e “igualitarismo” e na balança da educação há bastante confusão para que lado pender. Boehm (1999), ao pesquisar grupos de caçadores/coletores ainda sobreviventes em nosso tempo, usa a expressão “evolução do comportamento **igualitário**”, reconhecendo desde logo que tais grupos tinham hierarquias bem marcantes (chefes de vários tipos, como cacique, pajé, idosos com algum poder, guerreiros destacados etc.), mas, geriam razoavelmente as desigualdades, começando por cuidar para que a chefia fosse “de serviço” ao grupo não usurpada. Em obra posterior, Boehm (2012) retoma o tema para sugerir a “origem da moral” em humanos, destacando, em sua hipótese, a configuração igualitária desses grupos “primitivos”, à medida que sabiam compor igualdade e diversidade. A origem da moral continua controversa, também porque alguns consideram se prenciar em animais, como nos chimpanzés, à medida que são “animais políticos” a seu modo (WAAL, 2000, 2017), existe entre as mães e as crias um laço físico e emocional fortíssimo que é suporte fundamental para a “educação” dos filhotes, além de manifestações de apaziguamento dos membros, ou de reações, até mesmo violentas, contra machos-alfa insuportáveis etc.

## Conceito de igualitarismo

O termo “**igualitarismo**” é complexo e buscamos apenas aclarar por considera sua importância para entender o que é a igualdade queremos quando se trata da educação. Embora nossa intenção não é definir, mas de forma simples, podemos igualitarismo é visto como linha de pensamento fundada nos princípios da igualdade para todos; os humanos deveriam ou “obter o mesmo, ou ser tratados iguais” em algum respeito, como em vista do status social (ARNESON, 2002). Por trás de tais postulados há muitas divergências, em face da questão ingente que é discernir se desigualdade social que parece de forma reducionista como parte da configuração da natureza humana.

Num grupo pequeno, como numa família, podemos logo perceber quanto as pessoas são diversas. Primeiro, entre homem e mulher, existe diversidade também física marcante, sexualizada, historicamente patriarcalista que hoje queremos superar. Filhos são diferentes dos pais, assim como é comum haver diferenças acentuadas entre os filhos. O que pode complicar um pouco mais é o fato de os seres vivos serem iguais e diferentes, ao mesmo tempo. Além de outras diferenças familiares, como um filho que necessita de cuidados especiais ou a participação dos avós no convívio familiar.

É comum hoje que acadêmicos importantes, como Pinker (2011, 2018) e Rosling (2018), apontem para o progresso civilizatório da sociedade, tendencialmente à sombra de teorias liberais (RASMUSSEN, 2018). Depreende-se dessas teorias que as sociedades humanas são “naturalmente” desiguais, mas podem ser “equalizadas”, caso exista processo “civilizatório” compatível. Para o eurocentrismo, o “civilizado” sempre foi marca “europeia” iluminista, de onde proveio também o conceito, em si absurdo, de “sociedade primitiva” ou “pré-histórica” – sociedades são diferentes, não inferiores.

O positivismo mais rígido postula-se uma natureza humana fixa, como código invariante da condição humana, tal qual faz Harari (2017), embora num tom bem mais solto, se comparado à rigidez de um Dawkins (1998, 2013) ou um Hawking (2006). É comum encontrar na academia mais dura a proposta de que o alcance da “vontade livre” é muito pequeno, quase nulo ou nulo. Dependendo do “determinismo” metodológico (GAZZANIGA, 2011), o processo evolucionário é visto como pacote pronto: se há mudança é apenas interna, *dentro do sistema*, nunca *do sistema*. Este determinismo aparece mais comumente na tecnologia (KELLY, 2011, 2016), como desenvolvimento linear na sociedade, apressando-se o passo astronômico com as tecnologias digitais, ao se aproximar a “singularidade” da Inteligência Artificial (KURZWEIL, 2005; KURZWEIL ; BISSON, 2013).

Há também quem busque qualificar igualdade como o estado natural da humanidade, como imaginou Rousseau (GOWDY, 1998; DAHLBERG, 1975; ERDAL ; WHITEN, 1996), mas esta percepção não dá conta da diversidade histórica constatada nas sociedades humanas. Desse ponto de vista, a *igualdade é um princípio formal* no Estado de Direito que precisa constar em suas Constituições, mas não se realiza na prática porque a prática histórica é um tecido diverso e igual, ao mesmo

tempo. Todos nascem e morrem iguais, mas na história de cada de cada um este preceito formal se realiza diversamente.

A desigualdade social sempre assombrou as sociedades, em especial em regimes ditatoriais, escravocratas, imperialistas, fascistas, absolutistas que separavam a população como um todo dos ocupantes do poder, sob insinuações de origem divina. Scheidel (2017) traçou um recorrido histórico contundente na saga humana, indicando que violência é o grande “nivelador” das sociedades e acaba “equalizando” a sociedade (FERGUSON, 2018). De certa forma, as sociedades se hierarquizam obstinadamente desde os tempos imemoriais. Embora seja um retrato sangrento que a “civilização” deveria superar (PINKER, 2011), não devemos ignorar quanto humanos podem ser violentos e hierárquicos.

O conceito de igualitarismo é ambíguo e tenta combinar igualdade e diversidade, como atributos naturais da sociedade e das pessoas. A luta das mulheres pela igualdade de gênero é um exemplo disso, os direitos da mulher não se restringem à igualdade, mas atingem o espaço fundamental das diferenças sancionadas pelo patriarcalismo (HARDING, 1998, 2003, 2003<sup>a</sup>, 2011, 2015). Em termos práticos, é o que democracias conseguem realizar, não elimina a disputa por poder, apenas “regula” por meio do rodízio no poder, eleição popular, controle dos eleitos, necessidade intrínseca de oposição, prestação de contas, ética na política etc. Democracias são hierarquias, claramente, mas cuidam, ou deveriam cuidar, que não sejam extremistas.

Esta concepção de igualitarismo que combina igualdade e diferença tem a seu favor: i) A observação histórica recorrente – nunca houve sociedade que não fosse desigual, umas mais, outras menos, razão por que Boehm (1999) fala de igualitarismo, não de igualdade; ii) Modos modernos como as sociedades e economias se organizam em Estados e mercados, sempre com hierarquias; iii) Propriedade do Estado de Direito que precisa estabelecer de um lado, a forma da igualdade de todos como princípio constitucional; de outro, organiza-se em torno de uma sociedade aberta, ambígua, incompleta, “apenas” igualitária; iv) Fugir de extremos teóricos e fundamentalistas que nunca se realizam concretamente: de um lado, há grupos humanos superiores que deveriam comandar a sociedade (redunda em ditadura); de outro, todos são estrita e linearmente iguais (também redunda em ditadura quando os diferentes são tratados de modo igualmente truculenta); v) Trabalhar a condição evolucionária e social como processo aberto, aleatório, não supremacista (como a lei do mais forte, que facilmente aparece na seleção natural do mais apto), onde cabem a igualdade e a diferença, naturalmente, já que a natureza tem como um das marcas mais contundentes a **biodiversidade**.

## Sociedades incompletas

Podemos chamar o desejo da igualdade de “**utopia**”, no sentido de idealização que não se realiza, mas que tem um papel importante para orientar vida política. Etimologicamente, o termo utopia indica “não-lugar”, algo irrealizável em si, mas que as realizações históricas necessitam como referência para poderem avançar em sua qualificação histórico-social. Nós humanos somos utópicos, no sentido de que alimentamos pretensões além de sua capacidade de realização – como “*homo deus*” na visão de Harari (2017). Chamamos de **utopismo** a pretensão de realizar o céu na terra, como alude Shermer (2018), afãs assumidos facilmente por socialismos que prometem muito além do que podem oferecer. Precisamos da utopia da igualdade para mantermos acesa a chama das mudanças rumo a igualdade, reconhecendo em cada conquista histórica apenas é algo a mais, nunca o máximo, e sequer o suficiente. Igualitarismo tenta combinar as duas dinâmicas, bem como suas ambiguidades: precisamos sempre aprimorar a igualdade, no contexto da diversidade.

Contudo, a sociedade liberal nunca se enredeou com promessas de igualdade social, porque está ancorada na propriedade privada como o direito dos direitos e na supremacia do capital sobre o trabalho. Também inspirada em um tipo de darwinismo excludente (seleção natural do mais “apto”); o que não é novidade, pois o elitismo supremacista sempre esteve no cerne da proposta de mercado livre. A tendência preponderante é que os excluídos respondem por sua exclusão, não sendo a evolução natural “culpada”, muito menos eticamente.

Alguns acertos de como gerir a desigualdade social sempre estão subordinados ao

reconhecimento ativo de que a sociedade e a economia precisam ser conduzidas por uma elite supremacista, meritocrática, à qual servem os sistemas educacionais (WB, 2018). Um exemplo são as melhores universidades americanas (privadas e sem fins lucrativos, como Harvard University) destinadas para manter a elite.

Por certo, a evolução natural pode ser interpretada de outras maneiras (NOWAK, 2011; NAGEL, 2012), mesmo mantendo-se a ideia agressiva de “seleção natural das espécies”; todavia, esta tem servido para fundamentar a ideologia de que o mercado livre é a ordem das coisas. O liberalismo não pretende chegar a uma sociedade igual, nem mesmo igualitária, porque se interessa pelo sistema produtivo em si, deixando o resto como sequela implícita, seguindo o que Adam Smith chamou de “mão invisível” (1776/2018). A noção capciosa de “riqueza das nações” sugeria esta metamorfose miraculosa como sendo resultado do esforço coletivo, parecia ser algo “da nação”, mas que na prática é iniciativa privada.

O capitalismo cede ao combate à desigualdade se for forçado e não por alguma vocação própria. Em alguns casos é necessário usar de uma estratégia de combate à desigualdade para preservar a estrutura do capitalismo. Aprecia programas como o Bolsa-Família (CAMPELLO ; NERI, 2013) porque são bons e baratos, não questionam em nada o sistema produtivo e acomoda os mais pobres em seu status social. A questão da desigualdade não é sequer tocada (pobreza política), muito menos se pensa em fomentar a cidadania do excluído para que possa organizadamente reagir. Os socialismos tem seus pecados e o capitalismo se arrasta num contexto global de desequilíbrios extremos (AMSDEN, 2009). De um lado, aconteceu redução drástica da pobreza extrema de quem vive com menos de \$1.90 diário<sup>1</sup>, do outro a concentração da renda avassaladora e informalização incontornável do mercado de trabalho em que tecnologias avançam de forma contundente sobre os postos de trabalho.

## Mito da igualdade de oportunidades

O discurso comum nas sociedades contemporâneas, em especial nas mais liberais, de que educação é amuleto que a tudo cura, tendo-se fixado no imaginário popular como esteio central inamovível do desenvolvimento econômico e sociopolítico. Há nisso alguma verdade, visto que sem a qualificação das pessoas inviabiliza o desenvolvimento autoral (DEMO, 2015). Todavia, há a propensão reprodutiva dos sistemas educacionais, em particular na versão althusseriana (BOURDIEU; PASSERON, 1975) em que os sistemas educacionais fazem parte da parte da superestrutura social. A educação está mais para aparelho ideológico (ALTHUSSER, 1980), sendo útil para manter/exacerbar privilégios sociais do que para os combater. Há algum realismo na crença de que a educação transforma a sociedade quando a qualidade dos processos educacionais possibilita ativar os modos autorais de aprendizagem. Nesse caso, os processos educacionais contribuem para que o sujeito possa mobilizar os melhores recursos para a construção da própria história. Porém, não é o caso em países como o Brasil, onde a falta de aprendizagem é a marca maior do sistema. Nesse caso, além do sujeito depreende um tempo significativo da sua vida a promessa da aprendizagem, ainda não contribui o suficiente para haja de fato uma possibilidade de acessão no status social.

Um dos maiores signos da mitologia educacional é a narrativa da “igualdade de oportunidades”, um conceito vazio, contraditório e manipulativo. Oportunidades iguais não existem, até porque se fossem iguais não seriam “oportunidades”. Como alega Bourdieu (2007), as pessoas em sociedade buscam “distinguir-se” – querem oportunidade para se distinguirem e não para serem iguais. Apenas aplacamos a consciência com a ideia de que “subimos na vida” por mérito. Portanto, as pessoas não sendo iguais, as oportunidades também não podem ser iguais. Podemos é pleitear pontos similares de partida, mesmo assim os pontos de partida não têm como ser iguais porque as histórias de vida não são. Apenas um exemplo: se colocamos para uma corrida um jovem de 18 anos e um idoso de 60, ambos fazem a mesma corrida, com as mesmas regras, mas é ridículo imaginar há “igualdade de oportunidades” pelo simples fato que o ponto de partida é o mesmo. O termo de “oportunidade” tem menos a ver com o ponto de partida que com as

<sup>1</sup> “Em menos de uma geração, mais de 1,1 bilhão de pessoas saíram da pobreza no mundo, segundo o Banco Mundial.” Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50077214>.

condições dos concorrentes.

Em síntese, não basta oferecer ao marginalizado a mesma escola que aos demais não é suficiente para superar o déficit original. O marginalizado precisa de muito mais, ou seja, uma escola que o contribua para com alguma com ações que possibilite minimizar o déficit. Alguns países desenvolvidos eurocêntricos, em especial *welfare states*, oferecem a “solução” menos hipócrita por meio da oferta pública gratuita de educação básica com qualidade, suficiente para desestimular a escola privada. Já no Brasil a escola privada está na Constituição! E na narrativa social a escola pública gratuita é coisa para o pobre e deve ser evitada por todos que tem melhores condições financeiras, inclusive para evitar o estigma social de pertencer a classe dos pobres. Outra narrativa que destrói princípio de igualdade é que a escola privada é um direito liberal de escolha; na prática o objetivo é cultivar a supremacia da elite (WHAPLES, 2017), o que menos a elite quer ouvir é igualdade de oportunidades!

No contexto liberal observamos dois modelos de oferta educacional: um do *welfare state* clássico, que aposta em qualidade elevada para todos, com melhor exemplo de êxito atualmente é Finlândia notabilizou-se com seu desempenho (foi 1º lugar no PISA por algum tempo) (RIPLEY, 2013; SAHLBERG, 2010). Na outra ponta está os Estados Unidos com um modelo educacional é fortemente privatista neoliberal e com extrema má vontade com a escola pública (HORN ; WILBURN, 2013; LUBIENSKI ; LUBIENSKI, 2013; RUSSAKOFF, 2015). Apostaram em programas agressivos de desestruturação da educação básica (CARNOY *et al.*, 2005), como *charter school* (permissão oficial para um grupo, em geral privado, assumir uma escola pública em condições decadentes com liberdade de intervenção), *school voucher* (não havendo escola pública adequada, a família pode optar por colocar o filho na escola privada, com o governo pagando a conta) e *home schooling* (manter o filho em casa para estudar, comparecendo à escola para os exames).

Nos Estados Unidos há o confronto permanente dos sindicatos docentes em defesa da carreira, a ponto de a profissão docente ser vista como a “mais entrincheirada da América” (GOLDSTEIN, 2014). Assim, o *welfare state* mantém algum compromisso com a equalização de oportunidades, mesmo não oferecendo aos mais pobres uma escola diferenciada, como deveria ser o caso. Embora ainda se mantenha algum discurso de que todos têm direito à educação, é um direito é mediado pelo mercado, evita-se assistências e outras políticas “compensatórias”. O resultado é um sistema educacional frontalmente desigual e que promove a desigualdade, à medida que os mais pobres se contentam com ofertas “menores” (COTTOM, 2017; CAPLAN, 2018). Ao final, educação não está vinculada à equalização de oportunidades, mas à seletividade educacional voltada para a elite que deve governar o país enquanto a multidão acomoda na margem do sistema socioeconômico.

No mundo liberal, a educação básica é vista com olhos bastante distintos, depende da qualidade da cidadania organizada e do Estado decorrente. Quando educação é direito de todos, com qualidade elevada para todos, existe algum efeito de equalização de oportunidades, quando educação é mercantilizada, a lógica é do acesso seletivo é ostensivo e deixa o problema da dificuldade de acesso no colo dos mais pobres. No entanto, vale defender que todos precisam ter oportunidades iguais, só não vale mistificar isso na escola. Para que educação tenha de fato efeitos emancipatórios, como muitos esperam (MEZIRROW, 1990; MEZIRROW; ASSOCIATES, 2000; TAYLOR; CRANTON, 2012), cumpre encarar as carências sociais honestamente e camuflar sob o signo das oportunidades iguais pelo fato de ter acesso a escola.

Há uma impropriedade das políticas educacional ditas inclusivas, pois a escola pública da foram que temos não resolve o problema do déficit cognitivo e social. Ao contrário, aprofunda quando empurra a pobreza para escolas sem estrutura acadêmica na periferia, é uma antioportunidade. Apenas lustra a hipocrisia social e classifica aqueles que vivem na periferia como de classes inferiores. Não basta ir para uma escola qualquer, é preciso que haja aprendizagem. Nesse caso estamos muito mal, conforme dados Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 2017 apenas para 9,1% dos estudantes do 3º ano do ensino médio tem o nível de proficiência esperado.

## Quando diferenças são deficiências

A escola não lida apenas com estudantes diferentes; há uma parcela de estudantes que

necessitam de cuidados especializados. A regra agora incluir nas *classes comuns* sempre que possível, a priori os argumentos convencem. *Classes especiais* ainda existem, mas tendem a reduzir-se. É um movimento saudável e vemos em outras parcelas da sociedade movimentos com expectativas similares. Do ponto de vista dos direitos iguais, todos devem viver em sociedade não separados em guetos ou a margem das oportunidades.

Segundo Censo da Educação Básica de 2018 foram registradas 48,5 milhões de matrículas nas 181,9 mil escolas de educação básica no Brasil. Na Tabela abaixo vemos que em 2018 havia pouco mais de 1 milhão de portadores de necessidades especiais de matriculados em classes comuns e apenas 166.615 em classes exclusivas.

**Tabela 1.** Matrícula Educação Especial - 2018

Matrícula Educação Básica			Classes Comuns			Classes Exclusivas		
Total	48.455.867	100	Total	1.014.661	100	Total	166.615	100
Pública	39.460.618	81%	Pública	950.226	94%	Pública	41.858	25%
Privada	8.995.249	19%	Privada	64.435	6%	Privada	124.457	75%

**Fonte:** Sinopse Estatística da Educação Básica. Inep.

No entanto, nota-se um comportamento bem diverso na escola pública e na escola privada. Enquanto 81% do total das matrículas em Educação Especial em 2018 foram nas redes públicas, dos quais 94% forma matriculados nas classes comuns. Apenas 19% das matrículas totais foram em escolas privadas e 6% delas em classes comuns. Do total de matrícula em classes exclusivas 75% estão em escolas privadas e apenas 25% está na rede pública. As matrículas públicas em classes exclusivas foram de apenas 41,8 mil e nas privadas de 124,5 mil. Nota-se que a escola pública da atenção ostensivamente classes comuns, seguindo à risca o que indica a legislação, nas escolas privadas os pais preferem as classes exclusivas.

Na Tabela 2, veremos que o percentual de alunos de 7 a 14 anos da educação especial em classes comuns nas escolas privadas vem subindo: era de 38,3% em 2014 e de 51,8% em 2018.

**Tabela 2.** Percentual de alunos de 7 a 14 anos da educação especial incluídos em classes comuns - 2018

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Total	87,1	88,4	89,5	90,9	92,1
Pública	95,2	95,8	96,3	96,8	97,3
Privada	38,3	41	44,2	47,6	51,8

**Fonte:** Censo Escolar 2019. Inep.

A distância é muito marcante, a diferença entre total de matrícula na educação especial na escola pública entre 2014 e 2018 é de 2,1%, enquanto nas escolas privadas é de 13,5%. O que se vê é que na tentativa de tratar de forma igual os desiguais não foi bem aceito pelos pais e responsáveis e tornou-se um nicho de mercado para as escolas privadas. Enquanto a escola pública acentua a igualdade de tratamento, a escola privada oferece o tratamento diferenciado. Provavelmente, pelo fato de parte pais de estudantes que precisam de cuidados especiais terem condições financeiras para matricular na escola privada e outros por não encontrarem os recursos necessários disponíveis na escola pública, são forçados a procurar a escola privada. Nesses casos, os dois elementos da formação são importantes: esses estudantes precisam de tratamento especializado, mas também precisa do convívio com todos. Observando o comportamento das famílias que têm filho portador de alguma deficiência, é comum observar que os pais combinam os dois tratamentos: há circunstância em que todos são tratados igualmente, em outros é preciso de atendimento especial. Isso é o princípio da equidade tratar os desiguais de forma desigual positivamente.

Nas duas últimas décadas houve ênfase forte nas políticas de inclusão, a pergunta que temos que fazer é que “inclusão” está sendo feita. O que nos parece é que as ações são insuficientes,

apressadas e tem o efeito de livrar-se do problema. Há uma narrativa positiva, mas pouco ou quase nada foi feito em termos de preparo técnico e pedagógico dos agentes escolares para dar conta do desafio. Simplesmente matricular um estudante que precisa de cuidado especial em uma turma comum não é inclusão, ao contrário, pode gerar transtornos para todos. Portanto, para haver uma inclusão seria preciso que os professores sejam preparados, a arquitetura escolar adequada e servidores habilitados precisam ser contratados. Um exemplo: a matrícula de uma criança surda numa sala comum sem um intérprete de libras, não dá para chamar de inclusão. Mesmo havendo intérprete na sala de aula, o estudante pode necessitar de acompanhamento especializado fora da sala de aula para continuar seus estudos. Simplesmente agregar os estudantes portadores de alguma deficiência em uma classe dos chamados de “normais” sem o acompanhamento adequado, pode correr o risco de estigmatizá-los mais ainda.

Se antes exagerávamos na oferta de classes exclusivas, agora exageramos nas classes comuns. A escola privada parece resistir ao encontro da demanda dos pais. Em termos práticos, a questão não está resolvida, é por começar. Inclusão não vem apenas com leis, obviamente que precisamos de uma estrutura jurídica para que as políticas de inclusão sejam implementadas. Mas é preciso da formação continuada adequada e a formação dos novos educadores profissionais de preparados para esse cenário. Isso leva tempo e investimento, não basta as ações pontuais para que a inclusão seja de fato uma realidade.

Por tanto tempo o discurso igualitarista orientou as políticas educacionais. É uma narrativa que impactou positivamente a sociedade e a demagogia política adotou a narrativa da inclusão. É uma narrativa que estamos de acordo em quase tudo, só não concordamos em dois aspectos: 1) igualar os desiguais porque, como já dissemos, esse é uma forma nociva de condução dos processos educativos e 2) a carência de investimentos financeiros. Outro aspecto importante a considerar é a forma que o Estado tem conduzido a questão por meio da matrícula forçada por Conselhos Tutelares ou pelas promotorias. Essa é uma péssima maneira de conduzir o processo. Se a escola informa que não tem condições de matricular um estudante com necessidade especial, não é um mandado de segurança que vai resolver a deficiência da escola. Ousamos dizer que um mandado de segurança para matrícula sem a condições adequadas é mais irresponsável que o informe do gestor escolar de que não há condições de atender aquela demanda.

As diferenças são diferenças, dê o nome que quiser, eliminá-las jamais. Embora quanto maior a diferença, mais difícil é o processo educativo dos profissionais envolvidos, não é por isso que se deva ocultá-la em nome de um igualitarismo pernicioso. Uma escola de boa qualidade é aquela que respeita seus estudantes de qualquer idade como sujeitos e não os trata como um número na estatística ou um componente de uma turma. Cada estudante é um sujeito aprendente com suas diferenças, um cidadão que tem direitos individuais e coletivos. Tem direito a aprender, não apenas receber aulas; portanto, apenas adicioná-lo em uma turma não suficiente para que seus direitos sejam respeitados.

## Conclusão

Continuamos apostando na educação. As famílias se esmeram, e não é por obrigação constitucional, mas pela expectativa de melhorar da qualidade de vida dos filhos. No entanto, o produto fundamental da escola ainda é a “aula” e não a aprendizagem! Não podemos esperar que as famílias entendam a diferença entre oferecer aulas e ser corresponsável pela aprendizagem dos estudantes. É comum as famílias reclamarem quando os filhos ficaram sem aula, pois entendem que não havendo aula perdeu a essência da escola porque tradicionalmente processo escolar gira em torno de aula para transmissão de conteúdos e a prova. A essência da escola, contudo, são as aprendizagens e não dependem necessariamente de aulas expositivas (DEMO, 2015). A escola tradicional não forma uma comunidade de aprendizagem, na qual todos os agentes do processo de aprendizagem: servidores, estudantes e suas famílias devem fazer parte. Precisamos entender que a equidade está em dar cada um a oportunidade para que possam chegar no mesmo objetivo comum: aprender como autor, tornar-se autor da própria história. Portanto, não estamos falando de notas nem de estatísticas governamentais, mas do sujeito aprendente que deve ter suas

diferenças respeitadas.

A equidade deve estar no processo e igualdade no resultado! O discurso igualitarista é bom para acomodar a demandas das famílias e os estudantes, pode ser legal e justificado administrativamente. Mas não é moral porque engana todas as pessoas com a pretensa igualdade meritocrática. Pois o mérito pode não estar no resultado, mas no processo. Por isso é preciso cuidamos do processo para não culpar as vítimas pelos resultados desastrosos.

A natureza pode ser um norte pertinente ao sublinhar sua *biodiversidade*. Não produz apenas seres iguais, mas tipicamente diferenciados. A sociedade tende a estigmatizar diferenças como desigualdades (superioridade ou inferioridade) e tenta **normalizá-los**. Todavia, toda narrativa igualitarista não vai eliminar as diferenças entre homens e mulheres, porém não há hierarquia nessa desigualdade e sim uma complementaridade. Mesmo que algumas culturas, religiões e grupos sociais estigmatize uma abjeta inferioridade feminina em pleno século. Da mesma forma devemos tratar os grupos culturais: são diferentes e não inferiores.

Vimos que todos somos naturalmente diferentes e temos igualmente o direito de sermos respeitados. Respeitar as diferenças é um gesto de igualdade e uma conquista lenta e persistente, cujos resultados vão aparecendo aos poucos.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

AMSDEN, A.H. **A Ascensão do “Resto”** – Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. Ed. Unesp, São Paulo. 2009.

ARNESON, R. **Egalitarianism**. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2002. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/egalitarianism>.

BOEHM, C. **Hierarchy in the Forest** - The evolution of egalitarian behavior. Harvard University Press, Massachusetts. 1999.

BOEHM, C. **Moral Origins** – The evolution of virtue, altruism, and shame. Basic Books, N.Y. 2012.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A Reprodução** - Elementos para uma teoria do sistema educativo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, P. **A Distinção** - Crítica social do julgamento. Edusp, São Paulo. 2007.

BRASIL NO PISA 2015 – **Análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros**. 2016. Fundação Santillana. Inep. Brasília. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015\\_completo\\_final\\_baixa.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf).

CAMPELLO, T. ; NERI, M.C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família** – Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

CAPLAN, B. **The case against education: Why the education system is a waste of time and money**. Princeton U. Press, 2018.

CARNOY, M., JACOBSEN, R., MICHAEL, L., ROTHSTEIN, R. **The Charter School Dust-up**: Examining the evidence on enrollment and achievement. NY: College Press, 2005.

COTTOM, T.M. **Lower Ed**: The troubling rise of for-profit colleges in the new economy. N.Y: The New Press, 2017.

DAHLBERG, F. **Woman the gatherer**. Yale U. Press, 1975.



- DAWKINS, R. **The Selfish Gene**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- DAWKINS, R. **An Appetite for Wonder: The making of a scientist**. NY: Ecco, 2013.
- DEMO, P. **Aprender como autor**. São Paulo: Gen, 2015.
- ESCOLAR, INEP Censo. **Notas estatísticas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.
- ERDAL, D.; WHITEN, A. Egalitarianism and Machiavellian Intelligence in Human Evolution. *In*: Mellars, P. ; Gibson, K. (Eds.). **Modeling the Early Human Mind**. Cambridge MacDonalD Monograph Series, 1996.
- FERGUSON, N. **The square and the tower – Networks and power, from the freemasons to Facebook**. N.Y: Penguin, 2018.
- GAZZANIGA, M. **Who's in Charge?: Free Will and the Science of the Brain**. N.Y.: Robinson, 2012.
- GOLDSTEIN, D. **The Teacher Wars: A history of America's most embattled profession**. N.Y: Doubleday, 2014.
- GOWDY J. **Limited Wants, Unlimited Means: A reader on Hunter-Gatherer Economics and the Environment**. St. Louis: Island Press, 1998.
- HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.
- HARDING, S. **Is Science Multicultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1998.
- HARDING, S. **The feminist standpoint theory reader: Intellectual and political controversies**. London: Routledge, 2003.
- HARDING, S. **Whose science? Whose knowledge?: Thinking from women's lives**. Cornell U. Press. 2003a.
- HARDING, S. (Ed.). **The Postcolonial Science and Technology Studies Reader**. Durham: Duke University Press Books, 2011.
- HARDING, S. **Objectivity and diversity: Another logic of scientific Research**. U. of Chicago Press, 2015.
- HAWKING, S.W. **The Theory of Everything: The origin and fate of the universe**. Beverly Hills: Phoenix Books, 2006.
- HORN, J.; WILBURN, D. **The Mismeasure of Education**. IAP, Charlotte, 2013.
- KELLY, K. **What Technology Wants**. N.Y: Penguin, 2011.
- KELLY, K. **The Inevitable: Understanding the 12 technological forces that will shape our future**. Viking, London. Berkeley, 2016.
- KURZWEIL, R.; BISSON, T. **How to create a mind: The secret of human thought revealed**. N.Y : Duckworth Overlook, 2013.

- KURZWEIL, R. **The Singularity Is Near** - When humans transcend biology. New York, Viking, 2005.
- LUBIENSKI, C.A.; LUBIENSKI, S.T. **The Public School Advantage: Why Public Schools Outperform Private Schools**, Chicago. London: University of Chicago Press 2013.
- MEZIROU, J.; ASSOCIATES. **Learning as Transformation** – Critical perspectives on a theory in progress. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.
- MEZIROU, J. **Fostering Critical Reflection in Adulthood: A guide to transformative and emancipatory learning**. New York: Jossey-Bass, 1990.
- NAGEL, T. **Mind and Cosmos: Why the materialistic neo-Darwinian conception of nature is almost certainly false**. N.Y: Audible Studios , 2012.
- NOWAK, M. (with Highfield, R.). **SuperCooperators: Altruism, evolution, and why we need each other to succeed**. N.Y: Free Press, 2011.
- PINKER, S. **The Better Angels of Our Nature: Why Violence Has Declined**. N.Y : Viking Adult, 2011.
- PINKER, S. **Enlightenment Now: The case for reason, science, humanism, and progress**. N.Y: Viking, 2018.
- RASMUSSEN, D.C. **The infidel and the professor: David Hume, Adam Smith, and the friendship that shaped modern thought**. Princeton U. Press, 2018.
- ROSLING, H. **Factfulness: Ten reasons we're wrong about the world – and why things are better than you think**. N.Y: Flatiron Books, 2018.
- RUSSAKOFF, D. **The Prize: Who's in charge of America's Schools?** Houghton Mifflin Harcourt, N.Y 2015.
- SAHLBERG, P. **Finnish Lessons – What can the world learn from educational change in Finland?** N.Y: Teachers College, 2010.
- SCHEIDEL, W. **The great leveler: Violence and the history of inequality from the stone age to the 21st century**. Princeton: U. Press, Princeton, 2017.
- SHERMER, M. **Heavens on Earth: The scientific search for the afterlife, immortality and utopia**. Robinson, Amazon Digital Service, 2018.
- SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the Wealth of Nations**. Flip, Amazon, 1776/2018.
- TAYLOR, E.W., CRANTON, P. & Associates. 2012. **The Handbook of Transformative Learning – Theory, research, and practice**. Jossey-Bass, San Francisco.
- WAAL, F. **The bonobo and the atheist: In: search of humanism among the primates**. WW. Norton & Company, N.Y. 2017.
- WAAL, Frans de. **Chimpanzee Politics – Power and sex among apes**. The John Hopkins University Press. Baltimore, 2000.
- Whaples, R.M..Egalitarianism: Fair ande qual? New thinking on egalitarianism. The Independent Review, v.22, n.1, p. 5-13, 2017. Disponível em: [http://www.independent.org/pdf/tir/tir\\_22\\_1\\_01\\_whaples.pdf](http://www.independent.org/pdf/tir/tir_22_1_01_whaples.pdf).

WORLD BANK (WB). **Learning – To realize education’s promise.** The World Bank, Washington, 2018.  
Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28340>.

Recebido em 23 de junho de 2020.  
Aceito em 13 de fevereiro de 2023.